



CONCURSO PÚBLICO

TRIBUNAL DE CONTAS

PERNAMBUCO

911

PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

TIPO 1

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – CONTAS PÚBLICAS

MANHÃ



SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de sala a folha para a marcação das respostas e a folha de textos definitivos.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.

A questão discursiva deverá ser redigida com o máximo de **25 (vinte e cinco)** linhas.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da **folha de respostas** e o preenchimento da **folha de textos definitivos**.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas e na folha de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Confira o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com tipo diferente do impresso em sua folha de respostas ou em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição da folha de respostas ou da folha de textos definitivos em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levados em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e os escritos na folha de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

SGI DO TCE-PE: FERRAMENTA DE CONTROLE SE TORNA ALIADA DOS GESTORES PÚBLICOS PERNAMBUCANOS

Fiscalizar para punir ou fiscalizar para aprimorar? Essa distinção, aparentemente sutil, marca uma virada importante na forma como o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) tem atuado junto aos gestores públicos. O Sistema de Gerenciamento de Indícios (SGI), desenvolvido pela instituição, vem se consolidando não apenas como um instrumento de detecção de irregularidades, mas como uma poderosa ferramenta de apoio à boa gestão — e os administradores estaduais e municipais que souberem aproveitá-la têm muito a ganhar.

<https://tcepe.tc.br/internet/index.php/noticias/503-2026/julho/>

A pergunta que inicia o texto exerce, predominantemente, a função de

- (A) introduzir uma dúvida cuja resposta permanece em aberto, permitindo ao leitor construir autonomamente sua interpretação sobre a atuação do Tribunal.
- (B) reproduzir uma indagação recorrente entre gestores públicos, conferindo maior espontaneidade à exposição das informações.
- (C) estabelecer uma oposição que, ao mesmo tempo, orienta a leitura e prepara o desenvolvimento da ideia central defendida no texto.
- (D) destacar duas formas igualmente legítimas de fiscalização, sem indicar para o leitor qual delas será privilegiada ao longo do texto.
- (E) antecipar uma controvérsia de natureza jurídica que será solucionada pela descrição técnica do funcionamento do sistema.

2

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

CADASTRO NA PLATAFORMA TORCEDOR ARRETADO

O Torcedor Arretado é uma plataforma digital criada pelo Governo de Pernambuco, por meio da Secretaria de Defesa Social (SDS), para organizar informações sobre torcedores, clubes e torcidas organizadas.

O sistema ajuda os órgãos públicos a planejarem melhor a segurança nos jogos e eventos esportivos, reunindo informações importantes em um só lugar.

Entre as principais funções estão:

- Cadastro de torcedores e torcidas organizadas;
- Identificação dos integrantes das torcidas;
- Controle de pessoas impedidas de participar de eventos esportivos;
- Registro de ocorrências e histórico de comportamento em jogos;
- Acompanhamento de medidas judiciais ou administrativas;
- Solicitação de apoio para eventos, como escolta, entrada de materiais e organização de caravanas;
- Comunicação entre torcidas, clubes e órgãos de segurança.

O sistema também permite que as torcidas organizadas administrem seus membros e mantenham seus dados atualizados.

O Torcedor Arretado busca tornar a segurança nos estádios mais eficiente, permitindo que as autoridades trabalhem de forma preventiva, com informações atualizadas e melhor planejamento.

<https://www.pe.gov.br>

No nome da plataforma digital apresentada, o emprego do vocábulo "Arretado" produz um efeito de sentido que se explica, predominantemente, pelo fato de

- (A) caracterizar simbolicamente o torcedor como participante ativo dos eventos esportivos, reforçando o propósito de organização apresentado no texto.
- (B) aproximar a linguagem do texto do universo dos torcedores, privilegiando a identificação do público com a plataforma em detrimento da objetividade institucional.
- (C) empregar um vocábulo de uso regional que apenas identifica a plataforma, sem produzir efeitos de expressividade ou de aproximação com o público.
- (D) atribuir ao serviço uma identidade linguística associada à cultura regional, sem comprometer a finalidade informativa do texto institucional.
- (E) explorar um vocábulo de uso regional para tornar o nome da plataforma mais expressivo, enfatizando seu caráter promocional perante o público.

3

HOMEM É MORTO APÓS INVADIR ESTACIONAMENTO DE ATACAREJO NO RECIFE; "PROTOCOLO DE SEGURANÇA", DIZ REDE
De acordo com o Novo Atacarejo, a atuação dos profissionais foi imediata e seguiu os "protocolos de segurança adotados pela operação"

<https://www.folhape.com.br>

A palavra "atacarejo", amplamente difundida no português brasileiro contemporâneo, exemplifica um processo de formação lexical caracterizado pela

- (A) composição por justaposição de dois radicais, preservando integralmente a forma das palavras que lhe deram origem.
- (B) derivação regressiva, resultante da redução de expressão nominal de uso frequente para formar novo vocábulo.
- (C) aglutinação de segmentos de duas palavras, originando uma nova unidade lexical de significado próprio.
- (D) derivação imprópria, em razão da mudança de classe gramatical ocorrida durante sua formação e seu emprego.
- (E) abreviação vocabular, decorrente da supressão de parte dos elementos que compõem uma locução nominal.

4

Porque Eurídice, vejam vocês, era uma mulher brilhante. Se lhe dessem cálculos elaborados ela projetaria pontes. Se lhe dessem um laboratório ela inventaria vacinas. Se lhe dessem páginas brancas ela escreveria clássicos. Mas o que lhe deram foram cuecas sujas, que Eurídice lavou muito rápido e muito bem, sentando-se em seguida no sofá, olhando as unhas e pensando no que deveria pensar.

BATALHA, Martha. *A vida invisível de Eurídice Gusmão*. São Paulo: Cia das Letras, 2016. p. 9.

No contexto do texto, as orações iniciadas pela conjunção "Se" contribui, predominantemente, para

- (A) estabelecer condições hipotéticas para a realização de ações, destacando a relação entre as capacidades da personagem e as circunstâncias em que ela se encontra.
- (B) formular hipóteses contrafactuais que evidenciam, por contraste, o desperdício de potencial provocado pelas circunstâncias sociais.
- (C) apresentar situações imaginadas que ampliam a caracterização da personagem, ressaltando capacidades cuja realização permanece apenas sugerida no texto.
- (D) organizar uma sequência de hipóteses que intensifica a expectativa de mudança, preparando o leitor para uma alteração da realidade narrada.
- (E) construir possibilidades condicionadas a oportunidades externas, tornando mais concretas as capacidades intelectuais atribuídas à personagem.

5

UM NOVO E REVOLUCIONÁRIO CONCEITO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Na deixa da virada do milênio, anuncia-se um revolucionário conceito de tecnologia de informação, chamado de Local de Informações Variadas, Reutilizáveis e Ordenadas - L.I.V.R.O.

L.I.V.R.O. representa um avanço fantástico na tecnologia. Não tem fios, circuitos elétricos, pilhas. Não necessita ser conectado a nada nem ligado. É tão fácil de usar que até uma criança pode operá-lo. Basta abri-lo!

Cada L.I.V.R.O. é formado por uma sequência de páginas numeradas, feitas de papel reciclável e capazes de conter milhares de informações. As páginas são unidas por um sistema chamado lombada, que as mantém automaticamente em sua sequência correta.

Especialistas dividem-se quanto aos projetos de expansão da inserção de dados em cada unidade. É que, para se fazer L.I.V.R.O.s com mais informações, basta se usar mais páginas. Isso, porém, os torna mais grossos e mais difíceis de serem transportados, atraindo críticas dos adeptos da portabilidade do sistema.

Publicado pela primeira vez na Revista Veja, em 2006; acesso em: <https://www.ime.usp.br>

O efeito de humor presente no texto decorre, predominantemente, do fato de o autor

- (A) adotar a linguagem característica de textos publicitários para destacar as vantagens práticas de um objeto já conhecido pelo leitor.
- (B) empregar linguagem técnica para valorizar um objeto tradicional, sugerindo que suas características superam as das tecnologias digitais.
- (C) reproduzir a estrutura de um texto de divulgação científica para explicar, de forma detalhada, o funcionamento de um objeto de uso comum.
- (D) utilizar terminologia própria da informática para estabelecer uma comparação entre diferentes formas de armazenamento de informações.
- (E) descrever um objeto cotidiano com recursos da linguagem tecnológica, produzindo contraste entre a novidade anunciada e o objeto apresentado.

6

Leia o trecho inicial de “Morte e vida severina”, do escritor pernambucano João Cabral de Melo Neto (1955).

*O meu nome é Severino,
não tenho outro de pia.
Como há muitos Severinos,
que é santo de romaria,
deram então de me chamar
Severino de Maria;
como há muitos Severinos
com mães chamadas Maria,
fiquei sendo o da Maria
do finado Zacarias.*

*Mas isso ainda diz pouco:
há muitos na freguesia,
por causa de um coronel
que se chamou Zacarias
e que foi o mais antigo
senhor desta sesmaria.
Como então dizer quem fala
ora a Vossas Senhorias?*

<https://livros.arvore.com.br>

No trecho apresentado, a sucessiva apresentação de informações sobre a identidade de Severino produz, predominantemente, o efeito de

- demonstrar o esforço do personagem para reconstruir sua origem familiar, evidenciando a importância da ascendência na definição de sua identidade.
- revelar que a identificação das pessoas depende essencialmente da posição social ocupada por seus familiares na comunidade.
- construir, gradativamente, a individualização do personagem, permitindo que ele se diferencie dos demais habitantes da região.
- evidenciar a dificuldade de distinguir o personagem entre muitos outros semelhantes, reforçando a ideia de uma identidade compartilhada.
- justificar o emprego de diferentes formas de nomeação, ressaltando a evolução histórica dos costumes da comunidade retratada.

Estatística

7

Uma variável aleatória X tem função de probabilidade dada por

Valores de X	0	1	3	4
Probabilidades	0,2	0,3	0,3	0,2

A variância de X é igual a

- 2,2.
- 2,8.
- 3,4.
- 4,0.
- 4,6.

8

Numa sala estão reunidos 4 auditores e 6 analistas.

Se três dessas pessoas forem escolhidas ao acaso, a probabilidade de que sejam sorteados dois auditores e um analista é igual a

- 0,1.
- 0,2.
- 0,3.
- 0,4.
- 0,5.

9

Suponha que X e Y sejam duas variáveis aleatórias contínuas tais que o coeficiente de correlação entre elas seja ρ .

Nesse caso, avalie as afirmativas a seguir.

- A correlação entre X e Y pode ser considerada forte se o módulo de ρ é maior do que 0,7, no sentido de que quando o valor de X aumenta, o valor de Y tende a aumentar também, ao passo que valores de ρ menores do que 0,7 ou negativos significam pouca correlação entre X e Y.
- Se o módulo de ρ for maior do que 0,8, então há uma relação de causalidade entre X e Y.
- O coeficiente de correlação usual entre X e Y mede o grau de dependência linear entre X e Y.

Está correto o que se afirma em

- III, apenas.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.
- I, II e III.

Administração Pública

10

Uma secretaria estadual instituiu rotina de acompanhamento contínuo de seu principal programa social, com coleta regular de indicadores de execução física e financeira para subsidiar correções tempestivas na gestão. Além disso, contratou estudo aprofundado, a ser realizado ao final do ciclo do programa, para julgar seus resultados e o alcance dos objetivos propostos.

Considerando as funções de monitoramento e de avaliação nas políticas públicas, assinale a afirmativa correta.

- As duas iniciativas correspondem ao monitoramento, pois a avaliação de políticas públicas se realiza, exclusivamente, antes do início da implementação dos programas.
- As duas iniciativas correspondem à avaliação, pois o monitoramento constitui atividade externa à gestão, exercida apenas pelos órgãos de controle da administração pública.
- A primeira iniciativa corresponde à avaliação e a segunda ao monitoramento, pois o julgamento sobre os resultados de um programa exige acompanhamento contínuo de indicadores.
- A primeira iniciativa corresponde ao monitoramento, atividade contínua de acompanhamento da implementação, e a segunda à avaliação, exame pontual e aprofundado destinado a julgar os resultados do programa.
- A distinção entre as duas iniciativas é indiferente para a gestão, pois monitoramento e avaliação são termos equivalentes e produzem o mesmo tipo de informação sobre os programas.

11

Determinada sociedade de economia mista federal, cuja maioria do capital social com direito a voto é detida indiretamente pela União, não está incluída nos orçamentos fiscal e da seguridade social. Para o próximo exercício, essa entidade programa investimentos destinados à expansão de seu parque industrial, a serem financiados integralmente com recursos próprios gerados por sua atividade empresarial.

Considerando a estrutura da Lei Orçamentária Anual (LOA) e o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os investimentos programados pela entidade devem constar do orçamento de investimento, pois essa peça compreende as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, independentemente da fonte de financiamento utilizada.
- (B) Os investimentos programados pela entidade devem constar do orçamento fiscal, pois o orçamento de investimento alcança somente as empresas controladas de forma direta pela União, o que exclui as hipóteses de controle acionário exercido por participação indireta.
- (C) Os investimentos programados pela entidade não devem constar da LOA, pois a aplicação de recursos próprios gerados pela atividade empresarial afasta a exigência de programação orçamentária, restrita às despesas custeadas por recursos do Tesouro Nacional.
- (D) Os investimentos programados pela entidade devem constar do orçamento da seguridade social, pois as sociedades de economia mista, por possuírem personalidade jurídica de direito privado, não podem figurar nas demais peças orçamentárias da União.
- (E) Os investimentos programados pela entidade devem constar simultaneamente dos três orçamentos da LOA, pois o princípio da universalidade exige que toda despesa de empresa estatal seja registrada em cada uma das peças que compõem a lei orçamentária.

12

A equipe técnica de uma secretaria estadual defende que a reformulação de um programa social se apoie exclusivamente em dados quantitativos e em modelagem estatística, tratando as evidências como insumos neutros e definitivos da decisão. Gestores experientes ponderam, contudo, que o mesmo conjunto de dados vem sendo mobilizado por diferentes atores para sustentar posições opostas sobre o programa, e que fatores políticos, institucionais e organizacionais têm condicionado quais informações são aceitas como evidência no processo decisório.

Considerando a avaliação crítica da abordagem das políticas públicas baseadas em evidências (PPBEs), assinale a afirmativa correta.

- (A) As evidências constituem parâmetros externos e constantes do processo decisório, razão pela qual a forma de defini-las, usá-las e ranqueá-las independe dos pressupostos epistemológicos adotados pelo agente público sobre a realidade social.
- (B) O modo como as evidências são definidas e usadas é indissociável da forma como se concebe a natureza dos processos sociais e decisórios, de sorte que os usos político, simbólico e ideológico das evidências integram o próprio conceito de evidência.
- (C) A adoção de pressupostos construtivistas radicais fortalece a análise e a avaliação de políticas públicas, pois a interpretação do processo gerador das políticas como obscuro amplia a possibilidade de enunciados gerais sobre o comportamento dos agentes.
- (D) Um modelo moderado de análise deve reduzir o significado de evidência ao de evidência científica, excluindo os conhecimentos produzidos pelos stakeholders, cuja incorporação comprometeria o rigor metodológico exigido na tomada de decisões públicas.
- (E) As áreas de política pública apresentam grau uniforme de consolidação epistemológica, o que autoriza exigir dos policymakers idêntico rigor metodológico na fundamentação racional das decisões, independentemente do campo do saber em que atuam.

Controle Externo

13

Considere as situações hipotéticas a seguir.

- I. Registro de atos de provimento de pessoal, após a nomeação dos aprovados em concurso público realizado pelo Conselho Regional de Arquitetura do Estado de Pernambuco.
- II. Fiscalização de recursos do município pernambucano Alfa repassados, mediante convênio, à ONG "Todos Juntos", para execução do objeto pactuado.
- III. Análise da conveniência técnica de Resolução editada pela Agência de Regulação de Pernambuco – Arpe, com a finalidade de regular atividade de sua competência.

Considerando as competências legais e constitucionais do TCE-PE, assinale a opção que indica corretamente as situações que se inserem na sua esfera de jurisdição.

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

14

Considere as seguintes medidas recursais adotadas por gestores dos entes Alfa, Beta e Gama visando à impugnação de decisões ou deliberações expedidas no âmbito do TCE-PE:

- I. O gestor do município Alfa pretende impugnar despacho do Relator que indefere liminarmente a petição de recurso interposto em face de decisão proferida em processo de fiscalização.
- II. O procurador do município Beta interpôs recurso contra deliberação do TCE-PE proferida no âmbito de um processo de tomada de contas, alegando a ocorrência de erro de cálculo.
- III. Um Secretário do município Gama pretende impugnar decisão interlocutória proferida pelo Relator do processo de fiscalização.

Considerando as disposições da Lei Orgânica do TCE-PE, assinale a opção que apresenta correta e respectivamente as espécies recursais que devem ser utilizadas pelos gestores dos municípios Alfa, Beta e Gama.

- (A) Recurso em sentido estrito; Pedido de Rescisão e Embargos.
- (B) Recurso ordinário; Agravo e Agravo.
- (C) Embargo; Recurso Ordinário e Pedido de Rescisão.
- (D) Agravo; Pedido de Rescisão e Agravo.
- (E) Agravo; Recurso Ordinário e Recurso Ordinário.

Noções de Contabilidade Pública

15

Ao analisar as demonstrações contábeis de uma entidade do setor público, em 31/12/2025, um auditor constatou que a informação apresentada era tempestiva.

A entidade tinha investimentos em imóveis no exterior, sendo que uma parte sofreu perda de valor em decorrência de um terremoto ocorrido em dezembro de 2025.

Nas demonstrações contábeis da entidade do setor público, em 31/12/2025,

- (A) houve diminuição em investimentos e no resultado.
- (B) houve diminuição no ativo imobilizado e no passivo.
- (C) houve diminuição no ativo imobilizado e no resultado.
- (D) não houve evidênciação e nem reconhecimento.
- (E) o fato foi evidenciado em nota explicativa, sem impacto nos elementos patrimoniais e de resultado.

16

Em 10/01/2025, uma entidade do setor público recebeu um empréstimo de R\$ 250.000,00 do Governo Federal.

Foi acordado que a amortização do empréstimo seria realizada mediante pagamento de cinco parcelas anuais de R\$ 50.000,00, no último dia útil de cada ano, a partir de 2025.

Ao verificar a Demonstração dos Fluxos de Caixa da entidade, em 31/12/2025, um auditor constatou que houve

- (A) aumento líquido de R\$ 200.000,00 na atividade de investimento.
- (B) aumento líquido de R\$ 200.000,00 na atividade de financiamento.
- (C) aumento líquido de R\$ 250.000,00 na atividade de financiamento e diminuição líquida de R\$ 50.000,00 na atividade de investimento.
- (D) aumento líquido de R\$ 250.000,00 na atividade de financiamento e diminuição líquida de R\$ 50.000,00 na atividade operacional.
- (E) aumento líquido de R\$ 250.000,00 na atividade de investimento e diminuição líquida de R\$ 50.000,00 na atividade operacional.

Noções de Análise de Dados e de Inteligência Artificial

17

Dados funcionais encaminhados por órgãos jurisdicionados foram reunidos em uma base relacional para apoiar o exame de possíveis acumulações de vínculos. Após a validação e a padronização dos dados, cada servidor e cada órgão passaram a ser representados por identificadores únicos.

Considere a relação VINCULO_FUNCIONAL, na qual cada registro corresponde a um vínculo:

ID_VINCULO, ID_SERVIDOR, ID_ORGAO, CARGO, CARGA_HORARIA, SITUACAO

Um mesmo servidor pode possuir mais de um vínculo no mesmo órgão. Para uma análise preliminar, devem ser relacionados apenas os servidores com vínculos ativos em pelo menos dois órgãos distintos.

O resultado pretendido é obtido mediante

- (A) filtragem dos vínculos ativos, agrupamento por servidor e seleção dos grupos com pelo menos dois registros.
- (B) agrupamento conjunto por servidor e órgão, seguido da seleção dos grupos em que exista mais de um vínculo ativo.
- (C) agrupamento por servidor e seleção dos grupos cuja quantidade de vínculos seja superior à quantidade de órgãos associados.
- (D) filtragem dos vínculos ativos, agrupamento por servidor e seleção dos grupos associados a pelo menos dois órgãos distintos.
- (E) filtragem dos vínculos ativos, agrupamento por órgão e seleção dos grupos que contenham pelo menos dois servidores.

18

Na consolidação de informações sobre contratações provenientes de diferentes órgãos, verificou-se que o campo destinado ao CNPJ do fornecedor apresenta, entre outras, as seguintes ocorrências:

Registro	Valor recebido
1	11.222.333/0001-81
2	11222333000181
3	11.222.333 / 0001-81
4	11222333000180

Os três primeiros valores possuem a mesma sequência numérica após a retirada dos caracteres de formatação. O quarto também pode ser expresso como uma sequência de 14 algarismos, mas possui dígitos verificadores inválidos.

O processamento deve permitir o cruzamento dos CNPJs válidos, sem impedir a conferência posterior dos valores efetivamente recebidos de cada órgão.

Nesse caso, os dados devem ser tratados de modo a

- (A) remover os caracteres de formatação, utilizar o número resultante na consolidação e manter separadamente os registros que não coincidam após essa transformação.
- (B) preservar o valor recebido, gerar uma representação padronizada, validar o identificador e utilizar na associação apenas os CNPJs que satisfaçam as regras estabelecidas.
- (C) preservar os registros com formato divergente, associá-los pela razão social e utilizar o CNPJ padronizado para confirmar os agrupamentos obtidos.
- (D) converter os CNPJs para um formato único, agrupar as ocorrências coincidentes e submeter à validação apenas os grupos que apresentem valores contratados divergentes.
- (E) padronizar e validar os CNPJs, substituir os valores originalmente recebidos pelas representações aprovadas e utilizar estas últimas na consolidação.

19

O histórico de pagamentos de órgãos jurisdicionados reúne milhões de registros descritos por atributos como valor, favorecido, objeto, unidade responsável e período. Não há, nessa base, indicação prévia de quais ocorrências sejam regulares ou irregulares.

Pretende-se empregar os próprios dados para selecionar uma parcela reduzida dos registros que mereça exame prioritário. O critério de seleção deverá considerar combinações pouco usuais entre os atributos, inclusive quando cada característica, observada isoladamente, for frequente. A seleção resultante servirá apenas para direcionar a análise dos auditores.

A técnica compatível com esse objetivo é

- (A) a classificação supervisionada, com definição das classes a partir dos atributos que apresentem menor frequência na base.
- (B) o agrupamento, com atribuição dos registros pertencentes aos menores grupos à categoria de pagamento irregular.
- (C) a detecção não supervisionada de anomalias, com identificação de observações incomuns com base no comportamento conjunto dos atributos.
- (D) a análise descritiva, com seleção dos registros que contenham o maior número de valores individualmente raros.
- (E) a classificação supervisionada, com utilização dos registros mais frequentes como exemplos da classe regular e dos menos frequentes como exemplos da classe irregular.

20

Um modelo de linguagem de grande porte (LLM) é utilizado para produzir sínteses preliminares de documentos técnicos. Em um teste, o texto fornecido ao modelo não informa a data de conclusão de determinada obra. Ainda assim, a resposta gerada apresenta uma data específica, formulada como se constasse do documento.

Para aperfeiçoar o comando usado nessa tarefa, foram propostas diferentes instruções complementares.

A instrução mais diretamente relacionada à redução do problema observado é

- (A) "Utilize somente informações presentes no conteúdo fornecido e, quando um dado solicitado não estiver disponível nesse conteúdo, registre expressamente essa ausência."
- (B) "Produza uma síntese objetiva, destacando as datas e os demais elementos considerados relevantes para a compreensão do documento."
- (C) "Examine o documento integralmente e apresente a resposta mais provável quando alguma informação necessária não estiver explícita."
- (D) "Compare as informações do documento, resolva eventuais lacunas de contexto e apresente uma única resposta para cada dado solicitado."
- (E) "Identifique as informações principais do documento e complete os dados ausentes quando puderem ser inferidos a partir do contexto."

Direito Constitucional

21

Foi constatada, pelo Tribunal de Contas do Estado Alfa (TCEA), a reiterada negativa de prestação de contas dos órgãos e entidades da Administração Pública indireta do Poder Executivo. A não apresentação de contas, de acordo com declarações do Chefe do Poder Executivo, estava associada ao fato de o TCEA não estar com sua composição completa, o que decorreria de uma alegada omissão deliberada da Assembleia Legislativa. Essa composição incompleta, por sua vez, seria um facilitador da rejeição das contas que viessem a ser prestadas, considerando o viés ideológico dos Conselheiros que sobejaram. Em razão desse quadro, foi cogitada, no âmbito do TCEA, a possibilidade de vir a ser decretada intervenção federal no Poder Executivo de Alfa.

Na situação descrita, é correto afirmar que

- (A) a decretação da intervenção pressupõe o encaminhamento de representação, ao Supremo Tribunal Federal, pelo Tribunal de Justiça do Estado Alfa, com o reconhecimento da omissão.
- (B) em razão da violação de princípios constitucionais sensíveis, é cabível a decretação da intervenção provocada, o que pressupõe representação proposta pelo Procurador-Geral da República.
- (C) a decretação da intervenção pressupõe manifestação do TCEA, atestando o decurso do prazo constitucional e a correlata tomada de contas especial pela Assembleia Legislativa do Estado Alfa.
- (D) em razão da violação de princípios constitucionais estabelecidos, é cabível a decretação da intervenção espontânea, o que pressupõe o referendo do respectivo decreto pelo Congresso Nacional.
- (E) em razão da violação do princípio da simetria, é cabível a decretação da intervenção, o que pressupõe decisão nesse sentido do Supremo Tribunal Federal, pelo voto de ao menos 6 (seis) Ministros, observado o quórum de 9 (nove) Ministros.

22

Em virtude do elevado nível de endividamento dos municípios situados no território do Estado Alfa, a Assembleia Legislativa desse ente federativo instalou comissão parlamentar de inquérito (CPI) com o objetivo de apurar as causas desse endividamento, na perspectiva das medidas de governança interna e da economicidade da despesa pública. A CPI, em sua primeira reunião, deliberou pela convocação dos Prefeitos dos Municípios que apresentavam endividamento considerado excessivo, sendo igualmente deliberada a quebra do sigilo bancário de alguns agentes públicos, considerando o expressivo crescimento do seu patrimônio durante o exercício da função, ultrapassando a remuneração recebida.

Ao se analisar os distintos aspectos da narrativa de forma segmentada, de modo que a juridicidade ou a injuridicidade de um deles não se projete sobre os demais, é correto afirmar que a narrativa

- (A) não apresenta vício.
- (B) somente apresenta vício em relação à convocação.
- (C) somente apresenta vício em relação à quebra do sigilo.
- (D) somente apresenta vício em relação ao objeto da CPI e à convocação.
- (E) apresenta vício em relação ao objeto da CPI, à convocação e à quebra do sigilo.

23

O Tribunal de Contas do Estado Alfa (TCEA) encaminhou projeto de lei à Assembleia Legislativa do respectivo ente federativo introduzindo alterações em sua lei orgânica, mais especificamente na composição das câmaras e no procedimento a ser observado para a apreciação das contas anuais de governo do Chefe do Poder Executivo, quer estadual, quer municipal.

Durante a tramitação da proposição legislativa, que redundou na Lei estadual nº X (LEX), foram aprovadas emendas parlamentares que dispuseram sobre:

- (i) a possibilidade de oposição de embargos de declaração à manifestação aprovada pelo TCEA;
- (ii) a impossibilidade de os auditores serem convocados para substituir os conselheiros do TCEA nas câmaras, quando isto não for necessário para completar o quórum de instalação.

Um legitimado ingressou com ação direta de inconstitucionalidade com base na alegada incompatibilidade da LEX com a Constituição da República, tendo o órgão jurisdicional competente observado corretamente que esse diploma legal

- (A) não apresenta vício de inconstitucionalidade formal ou material.
- (B) afrontou a competência legislativa privativa da União para legislar sobre a temática.
- (C) apresenta vício de inconstitucionalidade formal, considerando que as emendas foram aprovadas em proposição de iniciativa legislativa privativa.
- (D) apresenta vício de inconstitucionalidade material, ao permitir a oposição de embargos de declaração em processo no qual o TEA não profere decisão, apenas parecer, e ao restringir a atividade funcional dos auditores.
- (E) apresenta vícios de inconstitucionalidade formal, pois as emendas foram aprovadas em proposição de iniciativa legislativa privativa, e material, ao tratar as duas temáticas indicadas com inobservância da simetria constitucional.

24

A Lei Complementar nº X (LCX), editada pela União no dia 15 de dezembro do ano W, alterou a Lei Complementar nº Y (LCY), que estabeleceu as normas afetas a determinado imposto sobre o consumo de competência dos Estados membros. Entre as alterações, foi previsto que o direito a determinado crédito do imposto, que se iniciaria no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao ano W por força da redação original da LCY, somente produziria efeitos 5 (cinco) anos depois.

Um contribuinte do imposto, que atua em determinado segmento econômico, ingressou com demanda individual almejando o aproveitamento do crédito tributário no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao ano W, argumentando com a inconstitucionalidade da alteração promovida pela LCX.

Na situação descrita, é correto afirmar que a LCX

- (A) afrontou o direito adquirido.
- (B) afrontou o princípio da capacidade contributiva.
- (C) afrontou o princípio da anterioridade nonagesimal.
- (D) não apresenta vício de inconstitucionalidade, por ter observado os princípios da legalidade e da anterioridade.
- (E) somente afrontou o direito adquirido caso o contribuinte tenha se cadastrado no rol de beneficiários em potencial do creditamento.

25

A recém-criada Universidade do Estado Sigma, em razão da crise financeira que assolou esse ente federativo, iniciou discussões internas sobre a possibilidade de vir a cobrar certos valores do corpo discente, de modo a viabilizar a correta e eficiente prestação do serviço público.

Após a análise interna, concluiu-se corretamente que a cobrança alvitada é

- (A) vedada, qualquer que seja a natureza da relação mantida com o corpo discente ou do serviço prestado.
- (B) vedada, salvo se a Assembleia Legislativa reconhecer a ocorrência de estado de calamidade financeira em Sigma.
- (C) possível, por ato interno, desde que seja proporcional e provisória, limitando-se à matrícula e à expedição de diploma.
- (D) possível, desde que prevista em lei, podendo alcançar a matrícula e a mensalidade dos cursos de graduação e de especialização, este em nível de pós-graduação *lato sensu*.
- (E) possível, em relação aos cursos de especialização, este em nível de pós-graduação *lato sensu*, sendo vedada a cobrança de taxa de matrícula e de mensalidade nos cursos de graduação.

Direito Administrativo

26

Em observância às formalidades constitucionais e legais, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, visando à otimização do trabalho dos seus servidores, criou, no interior da estrutura da referida entidade, o órgão público Alfa, com atribuições claras e previamente definidas.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que a criação do órgão público Alfa é fruto da

- (A) desconcentração administrativa e da descentralização administrativa por colaboração, a um só tempo.
- (B) descentralização administrativa por colaboração.
- (C) descentralização administrativa funcional.
- (D) descentralização administrativa técnica.
- (E) desconcentração administrativa.

27

A associação Alfa, entidade privada sem fins lucrativos, ingressou com ação popular em detrimento do Município Beta/PE, visando à anulação de ato lesivo ao patrimônio público e à moralidade administrativa. Registre-se que a demanda foi proposta em nome da referida entidade privada, representada por João, seu associado, o qual é maior e capaz e está com os direitos políticos em dia.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a associação Alfa

- (A) não é parte legítima para propor ação popular, salvo se o ato impugnado for cabalmente lesivo ao patrimônio público e à moralidade administrativa, a critério do juízo competente.
- (B) é parte legítima para propor ação popular, por estar representada por João, seu associado, maior e capaz e com os direitos políticos em dia.
- (C) é parte legítima para propor ação popular, com o objetivo de tutelar o patrimônio público e a moralidade administrativa.
- (D) é parte legítima para propor ação popular, por cumprir todos os requisitos constitucionais e legais para tanto.
- (E) não é parte legítima para propor ação popular.

28

Três diferentes entidades privadas pretendem ser qualificadas como organização da sociedade civil de interesse público (OSCI), quais sejam:

- i) associação Alfa, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída e em funcionamento regular há seis meses;
- ii) sociedade comercial Beta, em funcionamento há dez anos; e
- iii) associação Charlie, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída e em funcionamento regular há três anos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.790/1999, é correto afirmar que a(s) seguinte(s) entidade(s) privada(s) pode(m) ser qualificada(s) como organização da sociedade civil de interesse público (OSCI):

- (A) associação Alfa, sociedade comercial Beta e associação Charlie.
- (B) associação Charlie e sociedade comercial Beta.
- (C) associação Alfa e associação Charlie.
- (D) sociedade comercial Beta.
- (E) associação Charlie.

29

Maria, jornalista investigativa, publicou reportagem em jornal de grande circulação, alegando e comprovando que a entidade privada Alfa, que possui vínculo com o Poder Público, vem deixando de observar as disposições previstas na Lei de Acesso à Informação.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011, é correto afirmar que, observadas as formalidades legais, a entidade privada Alfa estará sujeita à penalidade de

- (A) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- (B) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a quatro anos.
- (C) publicação extraordinária da decisão condenatória.
- (D) suspensão ou interdição parcial de suas atividades.
- (E) dissolução compulsória da pessoa jurídica.

30

A sociedade empresária Alfa participa de processo licitatório em curso, realizado pela empresa pública Beta, integrante da Administração Indireta do Estado de Pernambuco. Registre-se que, no decorrer do procedimento licitatório, surgiram dúvidas sobre os critérios de julgamento previstos na legislação de regência.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.303/2016, poderão ser utilizados, dentre outros, os seguintes critérios de julgamento:

- (A) melhor destinação de bens alienados e melhor combinação de técnica e preço, mas não maior oferta de preço.
- (B) maior oferta de preço e maior retorno econômico, mas não melhor combinação de técnica e preço.
- (C) melhor combinação de técnica e preço e maior desconto, mas não maior oferta de preço.
- (D) maior retorno econômico e melhor técnica, mas não maior oferta de preço.
- (E) maior oferta de preço e melhor técnica, mas não menor desconto.

Direito Financeiro

31

No Estado Alfa, foram aprovadas duas leis estaduais.

A Lei X, decorrente de iniciativa popular, determinou que o Governador destinasse, em cada exercício financeiro, percentual fixo do orçamento fiscal a programas estaduais de irrigação, com inclusão obrigatória da despesa no plano plurianual (PPA), na lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e na lei orçamentária anual (LOA).

A Lei Y, resultante de projeto parlamentar, concedeu desconto para pagamento antecipado de tributo estadual, acompanhada da estimativa de impacto orçamentário-financeiro.

Instado a examinar a validade formal das normas, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Contas deve adotar a orientação de que

- (A) nenhuma das leis é válida, pois a redução de receita e a imposição de despesa pública dependem, em qualquer caso, de iniciativa privativa do Chefe do Executivo.
- (B) a Lei X é válida, pois decorre de iniciativa popular, mas a Lei Y não é válida, pois benefícios fiscais reduzem receitas e interferem na elaboração do orçamento.
- (C) a Lei X é válida, desde que aprovada antes da LOA, e a Lei Y é válida apenas se reproduzida posteriormente na LDO.
- (D) a Lei X não é válida, por impor alocação orçamentária obrigatória ao Executivo, enquanto a Lei Y é válida, por tratar de matéria tributária e não padecer de vício de iniciativa.
- (E) a Lei X não é válida apenas quanto à lei orçamentária anual, preservada sua incidência sobre o PPA e a LDO, e a Lei Y não é válida se gerar renúncia fiscal.

32

A Constituição do Estado Alfa foi alterada para fixar prazos próprios de encaminhamento e apreciação do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual. A emenda estadual preservou a sistemática de integração e compatibilidade entre as leis orçamentárias, mas não reproduziu exatamente os prazos aplicáveis no âmbito federal.

À luz da jurisprudência e da legislação, assinale a opção correta.

- (A) A emenda estadual não é válida, pois os Estados devem reproduzir integralmente os prazos orçamentários previstos para a União.
- (B) A emenda estadual não é válida, pois a disciplina de prazos das leis orçamentárias é matéria reservada à lei ordinária federal.
- (C) A emenda estadual não é válida, pois qualquer alteração de prazo orçamentário estadual depende de autorização prévia da União.
- (D) A emenda estadual é válida, pois as assembleias legislativas possuem iniciativa para elaborar diretamente as leis orçamentárias estaduais.
- (E) A emenda estadual é válida, pois os Estados podem fixar prazos próprios, desde que preservada a sistemática constitucional das leis orçamentárias.

33

Durante a análise da proposta orçamentária do Estado Alfa, a equipe técnica do Tribunal de Contas verificou que parte das receitas e despesas de uma autarquia estadual foi mantida fora da lei orçamentária anual, sob o argumento de que a entidade possuía autonomia administrativa e financeira. Constatou-se, ainda, que a proposta orçamentária reunia, em uma única lei, a previsão das receitas e a fixação das despesas do ente para o exercício financeiro correspondente.

À luz da legislação e da jurisprudência, assinale a afirmativa correta.

- (A) A exclusão das receitas e despesas da autarquia viola o princípio da universalidade, ainda que a proposta observe a unidade e a anualidade.
- (B) A autonomia administrativa da autarquia autoriza orçamento próprio separado, sem necessidade de inclusão da previsão de receitas e despesas na lei orçamentária anual.
- (C) A reunião das receitas e despesas em uma única lei viola o princípio da unidade, pois cada órgão deve ter orçamento autônomo.
- (D) A previsão para um único exercício financeiro viola o princípio da anualidade, pois o orçamento deve abranger todo o ciclo do plano plurianual.
- (E) A discriminação da previsão de receitas e despesas dispensa a inclusão de entidades descentralizadas com personalidade jurídica própria.

34

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa aprovou lei estadual, de iniciativa parlamentar, concedendo isenção de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) a determinada categoria de veículos de baixa cilindrada. A proposição foi aprovada sem estimativa prévia de impacto orçamentário e financeiro decorrente da concessão do benefício, sob o argumento de que a exigência se aplicaria apenas à União e de que a matéria tributária não estaria sujeita à iniciativa privativa do Governador.

À luz da jurisprudência e da legislação, assinale a afirmativa correta.

- (A) A lei é válida, pois a concessão de benefício fiscal por iniciativa parlamentar afasta a necessidade de estimativa de impacto financeiro.
- (B) A lei é válida, pois a exigência de estimativa de impacto orçamentário e financeiro restringe-se ao orçamento da União.
- (C) A lei é válida, desde que a renúncia seja compensada na lei orçamentária anual do exercício subsequente.
- (D) A lei é inválida, pois a renúncia de receita exige estimativa prévia de impacto orçamentário e financeiro.
- (E) A lei é inválida, pois benefício fiscal estadual deve ser instituído exclusivamente por projeto de iniciativa do Governador.

Direito Civil

35

O Município Alfa celebrou contrato de compra e venda de imóvel integrante de seu patrimônio dominical com a empresa Beta Ltda. O instrumento foi assinado por servidor que se apresentava como representante do Município, embora a procuração que lhe conferia poderes tivesse sido revogada meses antes, circunstância desconhecida pela adquirente.

Após o pagamento integral do preço e a realização de investimentos no imóvel, auditoria realizada pelo Tribunal de Contas identificou a possível ausência de poderes de representação do agente que firmou o contrato, levando a Administração a instaurar procedimento administrativo destinado a apurar a validade do negócio jurídico e a definir os efeitos decorrentes de sua eventual invalidação.

À luz das disposições do Código Civil relativas aos negócios jurídicos, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e dos princípios da boa-fé objetiva, da segurança jurídica e da proteção da confiança, assinale a afirmativa correta.

- (A) Verificada a ausência de poderes de representação, a Administração deverá invalidar o negócio jurídico, produzindo efeitos retroativos plenos, independentemente da boa-fé do terceiro adquirente, pois a indisponibilidade do patrimônio público afasta qualquer tutela patrimonial decorrente do negócio.
- (B) A demonstração da boa-fé objetiva da sociedade empresária adquirente impede o reconhecimento da invalidade do negócio jurídico, uma vez que a proteção da confiança prevalece sobre os requisitos legais de validade dos negócios jurídicos celebrados pela Administração Pública.
- (C) A eventual ausência de poderes de representação pode comprometer a validade e/ou a eficácia do negócio jurídico, cabendo à Administração, caso conclua por sua invalidação, considerar, dentre outros, a boa-fé do terceiro e as consequências jurídicas e administrativas da decisão.
- (D) A Administração Pública somente poderá invalidar o negócio jurídico após decisão judicial transitada em julgado que reconheça a inexistência de poderes de representação do agente, sendo vedado exercer controle administrativo sobre a validade do ato negocial.
- (E) A constatação da boa-fé objetiva da sociedade empresária adquirente impõe a preservação integral dos efeitos patrimoniais do negócio jurídico, ainda que reconhecida sua invalidade, em razão da vedação ao enriquecimento sem causa e da proteção da confiança legítima.

36

O Município ABC encaminhou projeto de lei autorizando a alienação de três imóveis de seu patrimônio: (i) uma praça pública amplamente utilizada pela população; (ii) um terreno não afetado a qualquer serviço público ou finalidade administrativa; e (iii) um edifício no qual funciona a Secretaria Municipal de Saúde.

Antes da conclusão do procedimento de alienação, o Tribunal de Contas instaurou auditoria para verificar a regularidade jurídica da medida.

Considerando exclusivamente as informações apresentadas, e a disciplina dos bens públicos prevista no Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) A praça pública, o terreno sem destinação específica e o edifício utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde poderão ser alienados, desde que haja autorização legislativa e licitação, pois todos integram o patrimônio disponível do Município.
- (B) O terreno sem destinação específica poderá ser alienado, desde que observados os requisitos legais aplicáveis, enquanto a praça pública e o edifício destinados à Secretaria Municipal de Saúde somente poderão ser alienados após a respectiva desafetação.
- (C) A praça pública poderá ser alienada independentemente de desafetação, desde que a alienação seja precedida de autorização legislativa, licitação e demonstração do interesse público.
- (D) O edifício utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde poderá ser alienado independentemente de desafetação, desde que o Município assegure a continuidade do serviço público em outro imóvel antes da celebração do contrato.
- (E) O terreno sem destinação específica possui natureza jurídica de bem indisponível da Administração Pública, razão pela qual sua alienação é vedada, ainda que observados os requisitos legais.

37

Certo Município celebrou contrato administrativo para aquisição de equipamentos de informática com a sociedade empresária Gamatech Ltda. Após receber integralmente o pagamento, a empresa encerrou irregularmente suas atividades, sem entregar os equipamentos contratados. No curso do processo de responsabilização, verificou-se que os sócios haviam transferido todos os bens da sociedade para outra sociedade empresária do mesmo grupo econômico, permanecendo a contratada sem patrimônio suficiente para reparar os prejuízos causados ao Município.

Diante dessas circunstâncias, a Procuradoria do Município analisou a possibilidade de requerer a desconsideração da personalidade jurídica para satisfação do direito do Município.

Considerando exclusivamente as informações apresentadas e as disposições do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) A desconsideração da personalidade jurídica poderá ser admitida caso fique demonstrado o abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
- (B) A mera inexistência de patrimônio suficiente para satisfazer a obrigação autoriza, por si só, a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresária contratada.
- (C) A desconsideração da personalidade jurídica poderá ser decretada sempre que a Administração Pública sofrer prejuízo decorrente da inexecução contratual, independentemente da demonstração de abuso da personalidade jurídica.
- (D) A desconsideração da personalidade jurídica somente é admitida quando a pessoa jurídica é dissolvida regularmente após a conclusão de suas atividades empresariais e não dispõe de patrimônio suficiente para honrar as suas obrigações contratuais.
- (E) A desconsideração da personalidade jurídica extingue a personalidade jurídica da sociedade empresária e transfere todas as suas obrigações aos sócios e ao grupo econômico do qual pertencia.

Direito Processual Civil

38

Eurão ajuizou ação de conhecimento, submetida ao procedimento comum, em face do Estado de Pernambuco, formulando dois pedidos cumulados. No curso do processo, foram proferidos os seguintes pronunciamentos judiciais:

- I. o juiz rejeitou expressamente a alegação de prescrição arguida pelo ente público e determinou a produção de prova pericial;
- II. posteriormente, por considerar um dos pedidos em condições de imediato julgamento, o magistrado o acolheu, com resolução do mérito, determinando o prosseguimento do processo em relação ao pedido remanescente;
- III. em seguida, o juiz limitou-se a determinar a intimação do perito para dar início aos trabalhos, sem resolver qualquer questão controvertida;
- IV. encerrada a instrução, o julgador rejeitou o pedido remanescente, com resolução do mérito, pondo fim à fase cognitiva do procedimento comum no primeiro grau de jurisdição.

Considerando a classificação dos pronunciamentos judiciais estabelecida pelo Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pronunciamento I é decisão interlocutória; o II é sentença; o III é despacho; e o IV é decisão interlocutória.
- (B) Os pronunciamentos I e II são decisões interlocutórias; o III é despacho; e o IV é sentença.
- (C) O pronunciamento I é despacho; o II é decisão interlocutória; o III é despacho; e o IV é sentença.
- (D) Os pronunciamentos I, II e III são decisões interlocutórias; e o IV é sentença.
- (E) Os pronunciamentos I e II são sentenças; o III é despacho; e o IV é decisão interlocutória.

39

Severino ajuizou ação indenizatória em face do Estado de Pernambuco, imputando ao ente público a prática de ato que lhe teria causado dano material. A demanda foi livremente distribuída ao juízo competente, conforme regras gerais, abstratas e anteriores ao ajuizamento. Na contestação, o Estado reconheceu expressamente a ocorrência do fato descrito na petição inicial, mas negou o dever de indenizar, alegando ausência de nexo de causalidade e a configuração de causa excludente de responsabilidade.

Na fase instrutória, Severino requereu a produção de prova testemunhal com a finalidade única de comprovar a ocorrência daquele mesmo fato, sem pretender demonstrar o nexo causal ou afastar a excludente invocada. O juiz, em decisão fundamentada, indeferiu o requerimento por considerar a prova desnecessária.

Encerrada a instrução, o Estado juntou, com suas alegações finais, documento destinado a comprovar fato superveniente relevante para a controvérsia. O magistrado admitiu a juntada, mas, sem intimar Severino para se manifestar, utilizou o documento como fundamento determinante para julgar improcedente o pedido.

Considerando os princípios do contraditório, da ampla defesa e do juiz natural, assinale a afirmativa correta.

- (A) O indeferimento da prova violou a ampla defesa; o uso do documento sem prévia manifestação violou o contraditório; e a distribuição regular observou o juiz natural.
- (B) O indeferimento da prova foi legítimo; o uso imediato do documento também foi válido, em razão dos poderes instrutórios do juiz; e a distribuição regular observou o juiz natural.
- (C) O indeferimento da prova foi legítimo e o uso do documento violou o contraditório; a distribuição regular, porém, não observou o juiz natural, que exige a prévia identificação do julgador.
- (D) O indeferimento da prova foi legítimo, pois o fato era incontroverso; o uso do documento sem prévia manifestação violou o contraditório; e a distribuição por regras preexistentes observou o juiz natural.
- (E) O indeferimento da prova foi legítimo; o uso do documento não violou o contraditório, pois caberia apelação; e a distribuição regular observou o juiz natural.

40

A Vidas Secas Mobilidade Ltda. requereu à autarquia estadual autorização para explorar, em caráter experimental, uma linha de transporte intermunicipal. A legislação condicionava a autorização à avaliação de diversos critérios técnicos, inclusive a segurança dos veículos, e admitia mais de uma solução juridicamente válida.

Sem examinar os demais critérios, a autarquia indeferiu o pedido unicamente porque os veículos não possuíam equipamento obrigatório de controle de estabilidade. Sem interpor recurso administrativo, a empresa ajuizou ação pelo procedimento comum, requerendo a anulação do ato e a concessão judicial da autorização. Na instrução, perícia comprovou que os veículos já possuíam o equipamento ao tempo do requerimento.

Em contestação, a autarquia alegou falta de interesse processual e sustentou que o ato deveria ser mantido por fundamento não indicado na decisão original: a possível sobreposição da linha com outras existentes.

Considerando a extensão do controle judicial dos atos administrativos e os limites da tutela jurisdicional, assinale a afirmativa correta.

- (A) A falta de recurso administrativo elimina o interesse processual, e o controle judicial, se admitido, ficaria restrito à regularidade formal do ato.
- (B) O acesso ao Judiciário independe de recurso administrativo, mas a discricionariedade impede o controle do motivo e autoriza sua complementação na contestação.
- (C) O recurso administrativo era dispensável; o Judiciário pode anular o ato por falsidade do motivo, mas não acolher a motivação posterior.
- (D) A perícia afasta a presunção de veracidade do motivo declarado, mas a sobreposição alegada na contestação pode preservar o ato, embora não tenha sido examinada pela autarquia ao decidir.
- (E) A falsidade do motivo autoriza a concessão judicial da autorização, pois a tutela específica permite alcançar resultado equivalente ao deferimento administrativo.

Conhecimentos Específicos (Contas Públicas)

Auditoria Governamental

41

A matriz de achados é uma ferramenta comumente utilizada em auditorias para estruturar as constatações identificadas, organizando seus elementos e facilitando a identificação de evidências.

Em uma auditoria realizada em um hospital público, o auditor registrou as seguintes informações na matriz de achados:

1. O protocolo normativo exige a identificação de paciente com nome completo, data de nascimento e número de prontuário, antes de qualquer procedimento;
2. Em 15 dos 100 leitos auditados na ala de internação, os pacientes estavam sem pulseira de identificação;
3. Pacientes internados estavam sem identificação adequada, em desacordo com o protocolo.

Com base no modelo de matriz de achados, os elementos 1, 2 e 3 representam, respectivamente,

- (A) causa – efeito – critério.
- (B) critério – situação – achado.
- (C) situação – efeito – causa.
- (D) efeito – achado – critério.
- (E) achado – situação – efeito.

42

Considere que, no curso de uma auditoria governamental realizada em um órgão público, um auditor deseje obter uma evidência do tipo analítica para dar suporte às suas conclusões baseadas em informações anteriormente obtidas.

Com base nas normas aplicáveis de auditoria, uma técnica adequada para a obtenção desse tipo de evidência é

- (A) análise de contas, consistindo na confirmação, por parte de fontes externas, de informações obtidas junto ao auditado.
- (B) observação direta, consistindo na utilização de inferências lógicas ou na estruturação de raciocínio que permita chegar a determinada conclusão sobre o objeto auditado.
- (C) conciliação, consistindo no cotejo do registro da movimentação de contas bancárias ou contábeis entre si, ou com elementos, fatos ou ocorrências que devam guardar correspondência com a movimentação.
- (D) inspeção física, consistindo na constatação *in loco* da existência física de um objeto, bem como de seus atributos.
- (E) indagação escrita, consistindo na formulação e apresentação de questões, geralmente por intermédio de um ofício, com o objetivo de obter a manifestação do respondente.

43

Embora a avaliação de políticas públicas e a auditoria operacional se assemelhem em diversos aspectos, a primeira possui um escopo mais abrangente de análise.

Nesse sentido, é correto afirmar que a avaliação de políticas públicas, segundo a NBASP 9020, adiciona em sua análise o princípio da

- (A) efetividade, que diz respeito à minimização dos custos dos recursos.
- (B) economicidade, que visa à conformidade com os padrões de qualidade preestabelecidos.
- (C) eficiência, que significa alcançar os resultados pretendidos no contexto.
- (D) utilidade, que foca em garantir que os recursos sejam distribuídos de forma justa.
- (E) relevância, que se relaciona com a adequação dos seus objetivos em relação às necessidades enfrentadas.

44

Em uma avaliação de política pública, a NBASP 9020 recomenda que a entidade avaliadora adote determinada estrutura de trabalho, especificando algumas características básicas quanto à sua composição e funcionamento.

Com relação a essa estrutura prevista, é correto afirmar que

- (A) a equipe de avaliadores deve ser constituída exclusivamente por membros permanentes da entidade avaliadora.
- (B) a equipe de avaliadores não deve tomar decisões sobre a metodologia e as conclusões das avaliações.
- (C) o comitê de supervisão é responsável por entregar o relatório ao demandante, quando apropriado.
- (D) o comitê de supervisão deve ser criado para envolver os representantes das partes interessadas no acompanhamento dos trabalhos.
- (E) o comitê consultor deve definir as questões de avaliação e promover os resultados.

45

Considere que um auditor, na execução dos procedimentos de determinado trabalho de auditoria, tenha cumprido adequadamente as leis e os regulamentos pertinentes, mas não tenha se mantido alerta para evidências de auditoria que contradissem outras evidências obtidas.

Nesse caso, é correto afirmar que o auditor agiu com

- (A) o adequado ceticismo profissional, mas negligenciou a confidencialidade.
- (B) o adequado julgamento profissional, mas negligenciou a integridade.
- (C) a adequada objetividade, mas negligenciou o devido zelo.
- (D) o adequado comportamento profissional, mas desconsiderou o ceticismo profissional.
- (E) a adequada confidencialidade, mas negligenciou a integridade.

46

Com relação aos possíveis riscos no processo de auditoria, associe a coluna 1 com a coluna 2.

Coluna 1

1. Risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto, com outras distorções;
2. Risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorções relevantes;
3. Suscetibilidade de uma afirmação a respeito de uma transação, de um saldo contábil ou de uma divulgação a uma distorção que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, antes da consideração de quaisquer controles relacionados.

Coluna 2

- A. Risco Inerente
- B. Risco de Detecção
- C. Risco de Auditoria

Representa corretamente as associações:

- (A) 1-A, 2-B, 3-C.
- (B) 1-A, 2-C, 3-B.
- (C) 1-B, 2-A, 3-C.
- (D) 1-B, 2-C, 3-A.
- (E) 1-C, 2-A, 3-B.

47

Considere que determinada equipe de auditoria de um tribunal de contas esteja realizando uma auditoria em escolas públicas que receberam, recentemente, verba pública para modernização de suas instalações. Para a escolha das escolas a serem visitadas, foi utilizado um sistema de sorteio eletrônico, que selecionou apenas 10 delas para a vistoria presencial.

Diante do exposto, é correto afirmar que foi utilizado o método de amostragem

- (A) aleatória simples, podendo extrapolar os resultados para toda a população.
- (B) sistemática, não podendo extrapolar os resultados para toda a população.
- (C) por cota, podendo extrapolar os resultados para toda a população.
- (D) por conglomerado estratificado, não podendo extrapolar os resultados para toda a população.
- (E) ao acaso, podendo extrapolar os resultados para toda a população.

48

Considere que uma Instituição Superior de Controle (ISC), ao definir seu programa de trabalho, deixe de responder às principais questões que afetam a sociedade, além de não se atentar, em tempo hábil, para as expectativas das partes interessadas.

Com base na NBASP 12, a atitude dessa ISC contraria o seguinte princípio:

- (A) "cumprir com o código de ética da ISC".
- (B) "assegurar a boa governança das ISC".
- (C) "buscar a excelência e qualidade do serviço".
- (D) "ser sensível a mudanças de ambientes e a riscos emergentes".
- (E) "construir capacidade e promover a aprendizagem e o intercâmbio de conhecimentos".

Direito Administrativo

49

A empresa pública Alfa, integrante da Administração Indireta do Estado de Pernambuco, pretende estabelecer uma política de porta-vozes para reduzir o risco de contradição entre informações divulgadas por suas diversas áreas e aquelas divulgadas por seus executivos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.303/2016, é correto afirmar que a competência para proceder ao estabelecimento de uma política de porta-vozes pertence ao

- (A) Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatutário, de forma concorrente.
- (B) Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho Fiscal, de forma concorrente.
- (C) Comitê de Auditoria Estatutário.
- (D) Conselho de Administração.
- (E) Conselho Fiscal.

50

Lucas, servidor público no âmbito do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, completou dez anos de efetivo exercício na carreira. Com efeito, o referido agente público entende fazer jus à concessão de licença-prêmio. Registre-se que, neste período, Lucas foi responsabilizado, em observância às formalidades legais, por ter cometido falta disciplinar grave.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei estadual nº 6.123/1968, é correto afirmar que

- (A) serão concedidos seis meses de licença-prêmio a Lucas, podendo o período ser gozado de forma fracionada, em parcelas não inferiores a quinze dias.
- (B) serão concedidos três meses de licença-prêmio a Lucas, podendo o período ser gozado de forma fracionada, em parcelas não inferiores a um mês.
- (C) não será concedida licença-prêmio a Lucas, já que, durante o período de dez anos, ele foi responsabilizado por ter cometido falta disciplinar grave.
- (D) serão concedidos três meses de licença-prêmio a Lucas, vedada a conversão do período em pecúnia.
- (E) não será concedida licença-prêmio a Lucas, por ausência de previsão legal da referida licença.

51

O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado, para ciência de decisão ou efetivação de diligência.

De acordo com a narrativa, e considerando as disposições da Lei estadual nº 11.781/2000, analise as afirmativas a seguir.

- I. A intimação observará antecedência mínima de cinco dias úteis quanto à data de comparecimento.
- II. A intimação será efetuada diretamente ao interessado, sendo ineficaz quando realizada por intermédio de seu chefe imediato.
- III. No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deverá ser efetuada por meio de publicação oficial.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

52

Ao analisar o teor da Lei nº 8.987/1995, José, diretor jurídico da sociedade empresária Alfa, interessada em participar de processos licitatórios envolvendo o Estado de Pernambuco, deparou-se com a conceituação de dois institutos jurídicos:

- I) *delegação da prestação de serviço público, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado; e*
- II) *delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.*

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995, é correto afirmar que as conceituações I e II se referem, respectivamente, à

- (A) concessão de serviço público e permissão de serviço público.
- (B) permissão de serviço público e concessão de serviço público.
- (C) concessão de serviço público e autorização de serviço público.
- (D) permissão de serviço público e autorização de serviço público.
- (E) autorização de serviço público e concessão de serviço público.

53

Após a observância das formalidades legais, o governo do Estado Alfa transferiu uma repartição pública do prédio Beta para o prédio Charlie. O prédio Beta foi formalmente desafetado e deixou de ter destinação pública.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Civil, é correto afirmar que o prédio público Charlie é um bem público de uso

- (A) comum do povo. Por sua vez, o prédio público Beta é um bem público dominical, alienável, embora não esteja sujeito à usucapião.
- (B) especial. Por sua vez, o prédio público Beta é um bem público de uso comum do povo, inalienável e não sujeito à usucapião.
- (C) especial. Por sua vez, o prédio público Beta é um bem público dominical, alienável, embora não esteja sujeito à usucapião.
- (D) comum do povo. Por sua vez, o prédio público Beta é um bem público dominical, inalienável e não sujeito à usucapião.
- (E) especial. Por sua vez, o prédio público Beta é um bem público dominical, inalienável e não sujeito à usucapião.

54

O Estado de Pernambuco publicou edital de licitação de âmbito internacional, atraindo o interesse de sociedades empresárias estrangeiras sediadas nos Estados Unidos da América e na Europa. Ao consultarem a legislação de regência, os representantes dessas entidades constataram que, nas licitações de âmbito internacional, o edital deve ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. O edital não poderá prever condições de habilitação, classificação e julgamento que constituam barreiras de acesso ao licitante estrangeiro, sendo vedada a previsão de margem de preferência para bens produzidos no país.
- II. É vedado ao licitante estrangeiro e ao licitante brasileiro cotar preço em moeda estrangeira.
- III. As garantias de pagamento ao licitante brasileiro serão equivalentes às oferecidas ao licitante estrangeiro.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Contabilidade Geral

55

Em 01/01/2024, uma entidade recebeu um empréstimo bancário de R\$ 400.000,00, com prazo de 36 meses, com o propósito de desenvolver um *software* para ser utilizado internamente, em seu negócio.

O *software* começou a ser desenvolvido em fevereiro de 2024 e os gastos atendiam os critérios de reconhecimento do ativo, de acordo com a NBC TG 04 (R4) – Ativo Intangível.

Em 31/07/2025, todas as atividades necessárias para o desenvolvimento do *software* estavam concluídas. Em agosto, foram realizados trabalhos administrativos de rotina relacionados ao *software* e, em setembro, treinamento com os funcionários, de modo que ele começou a ser utilizado em 01/10/2025.

Considerando que os encargos financeiros mensais eram fixos, de R\$ 400,00, assinale a opção que indica o valor reconhecido como despesa financeira, em 31/12/2025, na Demonstração do Resultado.

- (A) R\$ 1.200,00.
- (B) R\$ 1.600,00.
- (C) R\$ 2.000,00.
- (D) R\$ 2.400,00.
- (E) R\$ 2.800,00.

56

Ao analisar as demonstrações contábeis da Cia. ABC, de 31/12/2025, um auditor constatou que, na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os juros recebidos de um investimento foram classificados em desacordo com as normas contábeis.

De acordo com a NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, os fluxos de caixa do período são classificados por meio das atividades:

- I. operacionais;
- II. de investimento;
- III. de financiamento.

Considerando a situação identificada pelo auditor e as disposições da NBC TG 03 (R3), a classificação adotada equivocadamente pela Cia. ABC para os juros recebidos correspondia à(s) atividade(s)

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I ou II.
- (E) I ou III.

57

Um auditor recebeu, para auditoria, as demonstrações contábeis de uma entidade que, em 31/12/2024, reconheceu, no Balanço Patrimonial, provisão para contingências de R\$ 80.000,00. O valor correspondia a duas causas judiciais cujo desfecho provável, de acordo com os advogados da entidade, era a perda, sendo a primeira de R\$ 30.000,00, e a segunda, de R\$ 50.000,00.

Em 2025, frente a novas evidências, os advogados da entidade avaliaram que a perda da primeira causa era possível, enquanto o valor provável de perda na segunda causa era de R\$ 60.000,00.

Assinale a opção que indica o impacto das novas evidências no Resultado da entidade em 31/12/2025 e na Demonstração do Resultado comparativa de 31/12/2024, respectivamente.

- (A) Diminuição de R\$ 10.000,00 e zero.
- (B) Aumento de R\$ 20.000,00 e zero.
- (C) Aumento de R\$ 30.000,00 e zero.
- (D) Zero e diminuição de R\$ 10.000,00.
- (E) Aumento de R\$ 30.000,00 e diminuição de R\$ 10.000,00.

58

Em 10/12/2023, uma entidade adquiriu um ativo imobilizado por R\$ 200.000,00. O pagamento era previsto para 10/07/2027. De acordo com o contrato da compra, a entidade assumiu o compromisso de apresentar superávit nos meses subsequentes para manter a data de pagamento acordada. Caso a entidade apresentasse déficit, a obrigação se tornaria exigível em até 60 dias após a apuração do resultado negativo.

Em 2024, a entidade manteve resultado positivo até novembro. Em dezembro, apresentou déficit de R\$ 20.000,00.

Em 10/01/2025, antes da autorização para emissão das demonstrações contábeis, o credor concordou em não exigir o pagamento antecipado decorrente do descumprimento do compromisso.

Nas demonstrações contábeis da entidade de 31/12/2024, a entidade manteve a obrigação classificada como passivo não circulante.

Com base na situação apresentada, um auditor pode concluir que o tratamento contábil aplicado pela entidade está

- (A) correto, uma vez que a classificação contábil depende do julgamento da administração da entidade.
- (B) correto, uma vez que o credor concordou sobre a classificação antes da autorização para emissão das demonstrações contábeis.
- (C) correto, uma vez que a entidade considera que deverá pagar a obrigação após doze meses a partir da data das demonstrações contábeis emitidas.
- (D) incorreto, uma vez que a entidade não pode garantir que irá apresentar superávit nos meses seguintes.
- (E) incorreto, uma vez que, na data das demonstrações contábeis, a entidade não tem direito incondicional de diferir a sua liquidação para, pelo menos, doze meses após essa data.

Contabilidade Pública

59

Uma entidade do setor público concedeu suprimento de fundos a um servidor para atender a despesas eventuais decorrentes de um serviço especial, mediante futura prestação de contas.

Um auditor analisou a operação do ponto de vista:

- I. orçamentário;
- II. contábil;
- III. patrimonial,

Ao verificar a natureza da operação, o auditor constatou que a concessão do suprimento de fundos representa uma despesa sob o enfoque

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

60

Com relação à apresentação de informação orçamentária e aos regimes contábeis, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () As entidades devem adotar o mesmo regime para a elaboração das suas demonstrações contábeis e para seus orçamentos aprovados.
- () A comparação dos valores orçados com os realizados deve ser apresentada no mesmo regime, no mesmo critério de classificação, para as mesmas entidades e para o período a que se refere o orçamento aprovado.
- () Em alguns casos, os orçamentos podem ser elaborados sob o regime de competência ou sob o regime de caixa, de acordo com o sistema de estatísticas de finanças públicas adotado, o qual abrange entidades e atividades diferentes daquelas incluídas nas demonstrações contábeis.

De acordo com a NBC TSP 13 (R1) – Apresentação de Informação Orçamentária, as afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) V – F – F.
- (E) F – V – F.

61

Ao avaliar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) de uma entidade do setor público, um auditor verificou o registro da inscrição de restos a pagar.

Esse registro é apresentado na seguinte classe:

- (A) Controles Devedores, sendo de natureza de controle.
- (B) Variação Patrimonial Diminutiva, sendo de natureza patrimonial.
- (C) Variação Patrimonial Aumentativa, sendo de natureza patrimonial.
- (D) Controles da Execução do Planejamento e Orçamento, sendo de natureza orçamentária.
- (E) Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento, sendo de natureza orçamentária.

62

Em uma entidade do setor público, a direção dos diferentes setores é renovada a cada quatro anos, ocasião em que são adquiridos novos móveis para as respectivas salas.

Em 01/01/2026, um novo grupo assumiu e, na mesma data, foram adquiridos móveis por R\$ 50.000,00, com frete de R\$ 600,00, pago pela entidade.

Embora a vida útil econômica dos móveis seja estimada em 10 anos, a entidade espera utilizá-los por apenas quatro anos, em razão da substituição prevista na próxima mudança da direção. Além disso, foram gastos R\$ 5.000,00 para retirar os móveis antigos, que foram doados a um projeto social.

Ao verificar a despesa de depreciação anual dos móveis adquiridos, um auditor constatou que era de

- (A) R\$ 5.060,00.
- (B) R\$ 5.560,00.
- (C) R\$ 11.400,00.
- (D) R\$ 12.650,00.
- (E) R\$ 13.900,00.

63

Um auditor verificou que, em 31/12/2025, uma entidade do setor público apresentava os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial:

- Disponibilidades: R\$ 70.000,00;
- Despesas antecipadas (90 dias): R\$ 80.000,00;
- Despesas a pagar (30 dias): R\$ 90.000,00;
- Patrimônio Líquido: R\$ 110.000,00;
- Empréstimos bancários com vencimento em 2026: R\$ 300.000,00;
- Imobilizado: R\$ 350.000,00.

O saldo em empréstimos apresentava a seguinte composição:

- R\$ 180.000,00 com o Banco Alfa;
- R\$ 120.000,00 com o Banco Beta.

Segundo as condições de flexibilidade do empréstimo, a entidade tinha a possibilidade de refinanciar estas obrigações e alongar o vencimento para 2027. No empréstimo com o Banco Alfa, o refinanciamento dependia apenas da entidade, enquanto de acordo com o contrato do empréstimo com o Banco Beta, o refinanciamento precisava ser aprovado pelo banco também, após prazo de 30 dias a partir da solicitação.

Ao calcular o índice de liquidez corrente da entidade em 31/12/2025, o auditor constatou que era de

- (A) 0,33.
- (B) 0,38.
- (C) 0,55.
- (D) 0,71.
- (E) 1,66.

64

Um auditor verificou que uma entidade do setor público apresentou as seguintes receitas anuais:

- 31/12/2023: R\$ 800.000,00;
- 31/12/2024: R\$ 860.000,00;
- 31/12/2025: R\$ 930.000,00.

Além disso, a taxa anual de inflação apresentada foi a seguinte:

- 31/12/2023: 4,62%
- 31/12/2024: 4,83%
- 31/12/2025: 5,48%

Ao realizar a análise horizontal, o auditor pôde verificar que o crescimento real da receita de 31/12/2023 a 31/12/2025 foi de

- (A) 5,13%.
- (B) 5,38%.
- (C) 5,94%.
- (D) 5,99%.
- (E) 6,80%.

Direito Financeiro

65

No exame da lei orçamentária anual do Estado Alfa, o Tribunal de Contas verificou que a Constituição estadual autorizava emendas parlamentares individuais em percentual superior ao parâmetro federal e destinava às ações e aos serviços públicos de saúde fração inferior à metade do montante reservado a essas emendas. A Assembleia Legislativa sustentou que a Constituição estadual era válida por decorrer da autonomia financeira do ente e por ter sido aprovada antes da alteração do modelo federal.

À luz da jurisprudência e da legislação aplicáveis, assinale a afirmativa correta.

- (A) A autonomia financeira estadual permite a fixação de percentuais próprios para emendas parlamentares individuais, desde que haja previsão na Constituição estadual.
- (B) A anterioridade da regra estadual preserva sua aplicação, cabendo à lei orçamentária apenas adequar a execução financeira anual.
- (C) O Tribunal de Contas deve limitar sua análise à execução das emendas, sem examinar a compatibilidade dos limites fixados no orçamento.
- (D) A disciplina estadual deve observar o modelo federal das emendas impositivas, inclusive quanto aos limites e à destinação mínima para ações e serviços públicos de saúde.
- (E) A divergência percentual somente compromete a execução das emendas se houver insuficiência financeira comprovada pelo Poder Executivo.

66

Durante a análise do ciclo orçamentário do Estado Alfa, verificou-se que o Poder Executivo pretendia encaminhar a lei orçamentária anual apenas com o orçamento fiscal e o orçamento da seguridade social. A justificativa foi a de que os investimentos das empresas estatais controladas pelo Estado já estavam indicados no plano plurianual e, por isso, não precisariam compor a lei orçamentária anual.

À luz da legislação financeira, assinale a afirmativa correta.

- (A) A previsão no plano plurianual dispensa a inclusão dos investimentos das empresas estatais controladas na lei orçamentária anual.
- (B) A lei de diretrizes orçamentárias substitui a lei orçamentária anual quanto ao detalhamento das receitas e despesas do exercício.
- (C) O orçamento de investimento das empresas estatais controladas deve integrar a lei orçamentária anual, ao lado dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- (D) A lei orçamentária anual deve conter apenas despesas da administração direta, pois as entidades descentralizadas possuem orçamento próprio.
- (E) O plano plurianual autoriza diretamente a execução das despesas anuais, desde que haja compatibilidade com as metas nele previstas.

67

Durante a análise da lei orçamentária de um Estado, equipe técnica do Tribunal de Contas analisou cinco dotações classificadas como despesas de capital.

Considerando a classificação econômica das despesas prevista na Lei nº 4.320/1964, está corretamente classificada como investimento a dotação destinada à

- (A) aquisição de imóvel já em utilização para instalação imediata de unidade administrativa permanente.
- (B) amortização de contrato de refinanciamento da dívida pública fundada do ente estadual.
- (C) aquisição de terreno necessário à execução de obra pública prevista no mesmo programa.
- (D) constituição de capital de instituição financeira estadual voltada à concessão de crédito.
- (E) transferência de recursos a autarquia para aquisição de imóvel já edificado e em funcionamento.

68

No último ano de mandato, em julho, o prefeito do Município X pretende abrir crédito suplementar para reforçar dotação orçamentária de programa já previsto na lei orçamentária anual (LOA). A abertura será feita após autorização legislativa específica e com indicação de excesso de arrecadação.

No mesmo período, o Município X pretende assumir obrigação contratual com parcelas a serem pagas no exercício seguinte, havendo disponibilidade de caixa suficiente para esse saldo.

À luz das vedações orçamentárias constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), as medidas pretendidas pelo Município X são

- (A) vedadas, pois a legislação impede a assunção de qualquer obrigação nos dois últimos quadrimestres do mandato.
- (B) vedadas, pois créditos suplementares não podem ser abertos no último ano de mandato do chefe do Executivo.
- (C) permitidas apenas se todas as parcelas da obrigação forem pagas integralmente até o encerramento do mandato.
- (D) permitidas, desde que o crédito tenha autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes, e haja disponibilidade de caixa para as parcelas futuras.
- (E) permitidas, ainda que o crédito seja aberto sem autorização legislativa, desde que haja excesso de arrecadação suficiente para a despesa.

69

Equipe técnica do Congresso Nacional, ao analisar a execução de emendas parlamentares federais, identifica que determinada emenda de comissão foi liberada após a homologação, pelo STF, de plano de trabalho conjunto entre os Poderes Executivo e Legislativo.

O processo contém indicação do beneficiário, registro público dos dados essenciais e manifestação motivada do ordenador de despesas sobre o atendimento das exigências constitucionais e legais.

À luz da Constituição Federal, da legislação e do entendimento jurisprudencial, a execução da emenda é

- (A) irregular, pois a homologação do plano de trabalho impede a execução de emendas de comissão enquanto não houver nova autorização legislativa específica.
- (B) irregular, pois emendas de comissão continuam bloqueadas de modo automático, ainda que haja manifestação motivada do ordenador de despesas.
- (C) regular, se o ordenador de despesas tiver analisado motivadamente, caso a caso, a observância da transparência e da rastreabilidade.
- (D) regular, desde que a execução dispense identificação parlamentar, quando a emenda decorra de comissão permanente da Câmara ou do Senado.
- (E) regular, ainda que ausente registro público do beneficiário, se houver plano de trabalho homologado e disponibilidade orçamentária suficiente.

70

A Constituição de determinado Estado foi alterada para estabelecer prazos próprios de encaminhamento e devolução dos projetos de PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual). A emenda à Constituição estadual preservou a lógica de vigência do PPA a partir do segundo ano de mandato e a necessidade de compatibilidade da LDO com o plano vigente.

Para a resposta, considere que ainda não há lei complementar federal editada para disciplinar, em caráter geral, os prazos de elaboração e organização das leis orçamentárias.

À luz da Constituição Federal e do entendimento do STF, assinale a afirmativa correta sobre a alteração promovida na Constituição estadual.

- (A) É inconstitucional, pois os prazos constitucionais devem ser reproduzidos pelos Estados por força do princípio da simetria.
- (B) É inconstitucional, pois a reserva de lei complementar federal impede qualquer disciplina estadual sobre prazos orçamentários.
- (C) É constitucional somente se os prazos estaduais coincidirem integralmente com os prazos previstos para a União no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- (D) É constitucional, pois matéria orçamentária estadual é de competência exclusiva do Estado, sem incidência dos artigos da Constituição Federal sobre o tema.
- (E) É constitucional, pois, inexistindo norma geral federal, o Estado pode exercer competência legislativa plena, observada a lógica do modelo constitucional.

71

Lei estadual concedeu isenção de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) a determinada categoria de veículos, sem que a proposição legislativa tivesse sido acompanhada de estimativa prévia de impacto orçamentário e financeiro.

À luz da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal e do entendimento jurisprudencial, a lei estadual é

- (A) constitucional, pois a exigência de estimativa prévia alcança apenas proposições legislativas federais.
- (B) constitucional, desde que a renúncia seja aprovada pelo Legislativo e recaia sobre tributo estadual.
- (C) constitucional, pois a concessão de isenção tributária não configura renúncia de receita para esse fim.
- (D) inconstitucional por vício formal, diante da ausência de estimativa prévia de impacto orçamentário e financeiro.
- (E) inconstitucional se demonstrado prejuízo efetivo às metas fiscais previstas para o exercício.

72

Em auditoria sobre a execução orçamentária municipal, o Tribunal de Contas identificou que o Município utilizou parcela de receitas correntes originalmente vinculadas a órgão, fundo ou despesa para financiar ações administrativas gerais. A equipe técnica constatou, porém, que parte dos recursos desvinculados estava destinada ao financiamento de ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino.

À luz da Constituição Federal e do entendimento jurisprudencial sobre a desvinculação de receitas, assinale a afirmativa correta.

- (A) A desvinculação municipal de receitas é permitida, mas pode incidir sobre recursos vinculados à saúde e à educação, desde que haja compensação.
- (B) A desvinculação municipal de receitas é permitida, mas não pode incidir sobre recursos destinados ao financiamento de ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- (C) A desvinculação municipal de receitas é vedada, pois apenas a União pode desvincular receitas originalmente vinculadas.
- (D) A desvinculação municipal de receitas é admitida somente quanto a impostos, sem alcançar taxas, multas ou outras receitas correntes.
- (E) A desvinculação municipal de receitas pode incidir sobre recursos mínimos de saúde e educação, desde que o percentual desvinculado seja inferior ao limite constitucional.

73

A lei do Estado X instituiu consulta direta à população para definição de investimentos públicos de interesse regional. A norma determinou que as escolhas mais votadas deveriam ser obrigatoriamente incluídas na proposta de lei orçamentária anual encaminhada pelo Poder Executivo e preservadas durante a deliberação legislativa.

À luz da Constituição Federal e do entendimento do STF, a norma estadual é

- (A) inconstitucional, pois a consulta popular não pode vincular a iniciativa orçamentária do Executivo nem suprimir o poder de emenda do Legislativo.
- (B) inconstitucional apenas se impedir a realização de audiência pública durante a tramitação da proposta orçamentária.
- (C) constitucional, pois a consulta popular substitui a escolha técnica do Executivo quando tratar de investimentos de interesse regional.
- (D) constitucional, pois a participação popular transforma as escolhas votadas em despesas obrigatórias de inclusão na lei orçamentária.
- (E) constitucional se a consulta popular for prévia e houver disponibilidade financeira suficiente para executar os investimentos.

74

Determinada lei estadual instituiu sistema de rateio pelo qual despesas de atividades-meio, como arrecadação, suporte técnico-administrativo e gestão do aparelho estatal, são inicialmente executadas por órgãos centrais e posteriormente apropriadas pelos órgãos prestadores de atividades-fim. A referida lei contém autorização genérica para os ajustes orçamentários necessários ao rateio.

Audidores do Tribunal de Contas do Estado discutem se a parcela apropriada por órgãos de saúde e educação pode ser computada automaticamente para aferição dos respectivos mínimos constitucionais dessas áreas.

À luz da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal e do entendimento do STF, é correto afirmar que

- (A) a autorização genérica é inválida, pois qualquer ajuste entre órgãos exige lei específica para cada ato de rateio realizado.
- (B) a apropriação contábil basta para incluir toda despesa-meio nos mínimos de saúde e educação, se houver benefício indireto.
- (C) o rateio é inválido quando envolver saúde, pois todo gasto posteriormente apropriado deve transitar pelo fundo setorial.
- (D) o sistema é admissível, mas a mera apropriação de despesas-meio não autoriza seu cômputo automático nos mínimos constitucionais de saúde e educação.
- (E) o sistema é admissível apenas para despesas-fim, vedada a atribuição de custos de arrecadação e suporte administrativo.

Noções de Direito Penal

75

No dia 20 de janeiro de 2020, Ricardo, nascido em 15 de fevereiro de 1951, praticou o crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A, caput, do Código Penal), cuja pena abstrata prevista era de reclusão, de 2 a 5 anos, além de multa. O correspondente crédito tributário-previdenciário foi objeto de procedimento administrativo e veio ser constituído definitivamente em 10 de novembro de 2021. A denúncia foi oferecida pelo Ministério Público Federal e regularmente recebida pelo Juízo competente em 15 de março de 2024. No decorrer do processo penal instaurado, em 20 de agosto de 2025, foi deferido, em sede administrativa, o parcelamento do débito tributário, ensejando a suspensão do curso da ação penal, nos termos da legislação específica. Diante da demora no processamento, a defesa de Ricardo peticionou ao Juízo arguindo a extinção da punibilidade.

Diante de tal situação, assinale a afirmativa correta a respeito da incidência de prescrição da pretensão punitiva sobre a conduta de Ricardo.

- (A) O prazo da prescrição da pretensão punitiva começou a fluir no dia do fato (20 de janeiro de 2020), data em que se consumou a conduta omissiva de não repassar as contribuições, aplicando-se, portanto, o prazo prescricional de 12 anos, reduzido pela metade em razão da idade do réu na data do recebimento da denúncia.
- (B) O crime do art. 168-A do Código Penal tem natureza material, de modo que o prazo prescricional somente começou a fluir a partir da constituição definitiva do crédito tributário (10 de novembro de 2021). Sob o lapso temporal entre essa data e o recebimento da denúncia, operou-se a prescrição, pois o prazo aplicável à pena máxima é de 12 anos, a ser reduzido pela metade por ter o réu mais de 70 anos na data do fato.
- (C) O recebimento da denúncia interrompeu validamente o curso do prazo prescricional. Posteriormente, o deferimento do parcelamento do débito tributário suspendeu o curso da prescrição e da ação penal, período em que o prazo prescricional não fluiu, voltando a ser computado, pelo saldo remanescente, apenas em caso de eventual inadimplemento e exclusão do programa de parcelamento.
- (D) O deferimento do parcelamento do débito previdenciário atua como causa de extinção imediata da punibilidade pelo perdão tácito do Estado, restando vedada a suspensão do processo ou o prosseguimento da ação penal, operando-se os efeitos retroativos idênticos aos da *abolitio criminis*.
- (E) Considerando que o crime foi praticado no ano de 2020 e a denúncia apenas foi recebida em 2024, operou-se a prescrição retroativa em abstrato, que se aplica quando o lapso temporal entre a data do fato e o recebimento da denúncia supera a metade do tempo exigido para a pena máxima, independentemente de sentença condenatória proferida.

76

Patrícia, empresária atuante no ramo da construção civil, protocolou pedido de licença para funcionamento de um empreendimento perante a Prefeitura Municipal. Durante a análise do requerimento, Roberto, servidor público que ocupava o cargo de chefe do Setor de Fiscalização de Obras do Município, informou que a análise do pleito demoraria vários meses para ser concluída. Em seguida, solicitou a quantia de vinte mil reais para agilizar a tramitação e emitir parecer favorável. Inconformada, Patrícia recusou a proposta e comunicou os fatos à autoridade policial. Durante a investigação, ficou comprovado que Roberto não chegou a receber qualquer valor.

Diante de tal situação hipotética, é correto afirmar que foi praticado o crime de

- (A) corrupção passiva na modalidade tentada, pois Roberto não chegou a receber efetivamente a vantagem indevida.
- (B) corrupção passiva consumada, pois a solicitação da vantagem indevida consumou o delito.
- (C) concussão, pois, valendo-se da condição de chefe do Setor de Fiscalização, Roberto exigiu vantagem indevida para a prática de ato de ofício.
- (D) prevaricação, pois Roberto retardaria a prática de ato de ofício para satisfazer seu interesse pessoal.
- (E) advocacia administrativa, pois Roberto se propôs a patrocinar interesse privado perante a Administração Pública.

Noções de Direito Tributário

77

Lei ordinária federal instituiu incidência de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre operações futuras de transmissão de ações de companhias abertas e das respectivas bonificações. Em impugnação, determinado contribuinte alegou violação da incidência instituída pela Lei à Constituição Federal e aos princípios tributários.

À luz da Constituição Federal e do entendimento do STF, é correto afirmar que a cobrança é

- (A) inconstitucional, pois o IOF deve observar a anterioridade anual e a anterioridade nonagesimal.
- (B) inconstitucional, pois atinge ações já emitidas antes da lei e, por isso, viola a irretroatividade.
- (C) inconstitucional, pois imposto sobre títulos e valores mobiliários somente pode ser instituído por lei complementar.
- (D) constitucional, pois incide sobre operação futura com valores mobiliários, sem ofensa à anterioridade ou à irretroatividade.
- (E) constitucional apenas se prevista em lei complementar, por se tratar de imposto de competência residual da União.

78

Em procedimento administrativo fiscal regularmente instaurado, a administração tributária federal requisitou e obteve diretamente de instituições financeiras informações sobre movimentações bancárias de contribuinte, sem autorização judicial prévia. Os dados foram utilizados exclusivamente para apuração de crédito tributário e permaneceram sob sigilo fiscal.

No caso concreto, à luz da legislação aplicável e da jurisprudência, o fornecimento das informações fiscais por instituições financeiras é

- (A) inválido, pois instituições financeiras somente podem prestar dados bancários ao Fisco mediante autorização judicial prévia.
- (B) inválido, pois o sigilo bancário impede a utilização dos dados mesmo em procedimento administrativo fiscal instaurado.
- (C) válido caso os dados sejam previamente divulgados ao contribuinte e aos demais órgãos de controle externo.
- (D) válido apenas para fatos geradores posteriores à lei que discipline o acesso administrativo aos dados bancários.
- (E) válido, pois os dados podem ser acessados pelo Fisco em procedimento fiscal e passam a ser protegidos por sigilo fiscal.

Noções de Direito Previdenciário e de Avaliação Atuarial

79

Em relação à apuração de resultado, sabe-se que ocorre superávit quando as receitas superam as despesas, gerando saldo positivo, enquanto o déficit acontece quando as despesas superam as receitas, ocasionando saldo negativo.

No setor público, assinale a opção que indica a diferença entre as receitas e as despesas do governo, excluídas as despesas com o pagamento de juros da dívida pública.

- (A) Resultado Nominal.
- (B) Resultado Primário.
- (C) Balanço específico.
- (D) Resultado orçamentário.
- (E) Resultado fiscal.

80

A Emenda Constitucional nº 103/2019, conhecida como Reforma da Previdência, promoveu significativas alterações no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), inclusive nas regras de cálculo da pensão por morte.

Considere que um servidor público federal aposentado, casado há 12 anos, tenha falecido deixando 3 dependentes, nenhum deles inválido.

Considerando as regras atualmente aplicáveis ao cálculo da pensão por morte no âmbito do RPPS federal, assinale a opção que apresenta corretamente o critério de cálculo do benefício no caso apresentado.

- (A) Valor integral da aposentadoria do falecido.
- (B) Cota familiar de 1 salário mínimo acrescida de 5% por dependente.
- (C) 60% do valor da aposentadoria acrescido de 2% a cada ano que ultrapassar 20 anos de serviço.
- (D) Valor de 1 salário mínimo.
- (E) Cota familiar de 50% da aposentadoria acrescida de 10% por dependente.

Questão Discursiva (Contas Públicas)

Em 31/12/2025, um Estado brasileiro celebrou um acordo de concessão de uma rodovia estadual com a Cia. X. De acordo com o contrato, a Cia. X utilizará a rodovia por 15 anos para prestar serviços públicos em nome do Estado, em benefício à população. Além disso, de acordo com o contrato, o Estado regula os serviços fornecidos pela Cia. X relacionados à rodovia e controla, por meio de propriedade, qualquer participação residual significativa do ativo após o prazo da concessão.

Na data da concessão, a Cia. X possuía, em seu Balanço Patrimonial, uma máquina de grande porte avaliada por R\$ 100.000,00. A máquina foi comprada exclusivamente para ser utilizada na limpeza da rodovia estadual, tinha vida útil estimada em 15 anos e era considerada fundamental para a prestação dos serviços pela Cia. X. O Estado assumiu a propriedade da máquina e a obrigação de pagar R\$ 120.000,00 para a Cia. X em 01/02/2026.

Ainda, foi estimado, na data da concessão, que o valor justo da máquina no mercado era de R\$ 125.000,00 e que ela traria benefícios de R\$ 130.000,00, a valor presente, ao longo dos 15 anos.

Com base na situação descrita e nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, indique e explique quais são os impactos da concessão da máquina, em 31/12/2025,

- a) no Balanço Patrimonial do Estado;
- b) nos indicadores de liquidez apresentados pelo Estado; e
- c) no indicador de endividamento geral apresentado pelo Estado.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

Realização

